

QUANTIT(ATIVISTAS) NO INTERIOR PAULISTA – NARRATIVA METODOLÓGICA

Dante F. C. Reis Júnior

Prof. Adjunto, Depto. Geografia, UnB

dantereis@unb.br

Resumo

Investigações de natureza histórica e conceitual há muito cativam cientistas. São estudos que exploram aprimoramento de ferramentas – técnicas, lingüísticas – de que a comunidade dispõe (averiguando, por exemplo, a justificativa contextual deste avanço ou os entes através dos quais ele pôde se dar). No âmbito da Geografia, linhas de pesquisa com norte semelhante também vêm arregimentando praticantes. Com o intento de chegar à composição de um documento bibliográfico que venha a dar privilegiado relevo a uma particular variante de pensamento geográfico (mais especialmente, a uma sua assimilação no Brasil), vimos comunicar o projeto e a execução de nossa recém-finda pesquisa de pós-doutoramento. Tendo mirado a “escola teórica” através de um caso epicêntrico regional, justificamos a empresa com a constatação de que são rarefeitos os registros textuais em torno do tema. Ressaltando em especial os expedientes metodológicos, fazemos aqui um relato com o franco interesse em compartilhar a experiência com tais investigações.

Palavras-chave: geografia teórica; Rio Claro; método de pesquisa

1. Introdução

Os estudos de natureza (conjugada) epistemológica/historiográfica, conforme enfoque e realce temáticos, podem cumprir a notável função de aclarar determinados episódios no desenvolvimento das ciências. Costumou-se chamar “História do Pensamento Geográfico” (HPG) a linha de pesquisa particularmente consagrada a esse exame dúplice em Geografia – exame dos conceitos e dos contextos seus prováveis condicionantes, portanto. Muito em decorrência de uma longa celeuma em torno da discussão sobre as relações entre o engajamento político do geógrafo e a defesa que ele

possa fazer de um particular conjunto de métodos, uma notável escola de pensamento não costuma receber tanta atenção dos pesquisadores. Nos referimos à corrente que ficou conhecida como Nova Geografia (ou, segundo versão redutora, “Geografia Quantitativa”).

1.1 “HTG” e justificativa de uma pesquisa

Todas as iniciativas (sejam composições de panoramas genéricos, exames de escolas de pensamento específicas, ou mesmo avaliações sobre os métodos que pareçam ser mais pertinentes ao próprio estudo histórico) se cotizam para estabelecer uma leitura autônoma da evolução da disciplina – desígnio louvável. Efeito deste empreendimento, hoje as pesquisas com os propósitos historiográfico (“H”) e/ou epistemológico (“T”) já compõem um acervo quantitativamente apreciável e podem prender-se (de acordo com o projeto teórico do autor) aos seguintes temas:

- 1º) sistemas filosóficos subjacentes às escolas de pensamento geográfico;
- 2º) autores principais representantes de uma escola ou contribuintes à difusão de ideologias;
- 3º) instituições e órgãos oficiais propagadores de ideários ou fomentadores da prática científica;
- 4º) processo de assimilação doméstica das correntes de pensamento internacionais; ou
- 5º) opções analíticas mesclando dois ou mais vieses acima citados.

Entretanto, no âmbito da Geografia brasileira, em se tratando de literatura especificamente voltada para a vulgarização das “escolas de pensamento”, uma em especial costuma ali merecer espaço reduzido e/ou reducionista. A “Nova Geografia” ou “Geografia Teórica e Quantitativa” (GTQ), por força de uma já clássica interpretação que lhe impinge imagem de subserviência ideológica, figura nos registros principalmente como perspectiva eivada de senões; a par de constar dos mesmos, ocupando espaço por demais abreviado. E é este exato desfalque (representado, pois, por minorada publicidade e por simplismo interpretativo) que tornou justificável e útil a execução de um estudo mais detido da Escola. Neste sentido, o projeto foi orientado pelo desígnio de atenuá-lo; isto é, simultaneamente, contribuindo para compensar a rarefação bibliográfica e para pôr à prova os vícios de raciocínio.

1.2 Demarcação do objeto e táticas

A GTQ – acolhida por alguns geógrafos brasileiros, com clara defasagem temporal, a partir da transição entre as décadas de sessenta e setenta – caracterizou-se pelo impetuoso empenho em ajustar a linguagem da Geografia àquela que vinha se mostrando alvissareira junto à jurisdição das ciências naturais e abstratas. Isto significou, em outras palavras, reformular o dialeto geográfico até então vigente; isto é, subverter a tradição das monografias, demasiadamente avessas à causa legislativa. Assim, passariam a fazer parte da rotina metodológica do geógrafo o uso de teoria sistêmica, o processamento estatístico de dados, o emprego de modelos analógicos; enfim, a consagração da idéia de “organização espacial” – objeto conceitual que, abstrato, mostrava-se bem concertado à estrutura normativa do raciocínio matemático e, conseqüentemente, bastante proveitoso às esferas executiva e do planejamento.

A filosofia facilmente associável à GTQ chama-se positivismo lógico, cujos preceitos tendem, de fato, a sugerir certas inclinações metodológicas. Dentre as cláusulas (neo)positivistas, algumas são emblemáticas e nos explicitam bastante bem que tipo de processualística só pôde motivar junto à comarca das ciências sociais: 1ª) assertivas científicas precisam primar por um rigor lingüístico – devem estar baseadas, portanto, num quadro relacional que sistematize seu conteúdo informativo; 2ª) o ordenamento das informações coligidas pode ser efetivado por linguagem matemática, pois a sintaxe que lhe é correspondente possui precisamente a característica da sistematização abstrata; 3ª) enquanto ciências bem-sucedidas metodologicamente, Física e Biologia podem servir de modelo a ser cortejado – logo, fica autorizado o empreendimento analógico, a replicação de modelos naturalistas (RUSSELL, 1996).

A pesquisa foi conduzida por uma simultaneidade de objetivos; o que chamamos de enfoque e realce: o primeiro, designando a generalidade: “escola teórica” ... a ser discutida nas perspectivas de sua historicidade e de sua lógica; o segundo, demarcando a ocorrência doméstica: “Rio Claro” ... cuja análise contou com os exames subsidiários/complementares (ou “acessórios”, numa adjetivação sintética) da sua particular historiografia e do pensamento ali endêmico. A pesquisa esteve então atida a um dos dois “epicentros” desde os quais a Nova Geografia se propagou no país. Ao lado dos geógrafos do IBGE, os Professores da então chamada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (FFCL/RC – atualmente, um dos campi da Universidade Estadual Paulista) jogaram papel muito relevante nesta sementeira; por isso, procedemos a um inquérito minucioso dos materiais que documentassem instauração e virtuais motivações do afirmado desempenho. Materiais tais como artigos e notas,

constituindo a fonte textual da pesquisa, e depoimentos (de “pioneiros” e “herdeiros”), constituindo a oral.

Enfoque

Já dissemos, a escassez de registros bibliográficos votados à corrente teórica de pensamento em Geografia respondia por boa parte da motivação por estudá-la. (Até porque o objetivo de produzir um documento que a avalie em termos de teor conceitual e de agentes promotores vai ao encontro da demanda recente por trabalhos que expliquem – pela via deste exato estudo das “raízes antecedentes”, digamos assim – tendências teórico-metodológicas atuais.).

Daí que, incitados pelo déficit documental e pelo valor que a supressão disto poderá ter no sentido de aclarar episódios e de enriquecer o estoque de obras sobre HPG, definimos que o objetivo mais largo seria designado por um enfoque sobre o grande tema “GTQ” (tomado por sua manifestação na cena brasileira). Enfoque que, certamente, requereria uma difração.

Realce

Porque convinha legitimar os diagnósticos pela análise coordenada das linguagens científicas e das conjunturas que as tornaram oportunas, deliberamos bipartir o objetivo geral em dois, acessórios. O primeiro, o de rastrear a constituição de uma virtual “escola rio-clarense” de GTQ, buscando apurar que tipos de objeto de estudo e quais exercícios metodológicos (tratadores deles) vieram a se solidificar. Este, o objetivo-acessório de ordem epistemológica.

Desdenhar a manifestação, em sítio brasileiro, de um hábito que se entenderia ser sintoma do espólio deixado pela transposição do (neo)positivismo na rotina das ciências – logo, também no raciocínio geográfico –, seria omitir o relativo vigor que, aos olhos de muitos cientistas, as explicações isomórficas (“isomórficas” porque análogas àquelas vigentes nas ciências naturais) pareceram exibir ... insinuando, por isso, curiosas similitudes inter-fenômicas. Deste modo, agora mirando o caso de seu ingresso numa escala institucional, foi documentado o encontro do pensamento de geógrafos paulistas (ali na FFCL/RC, mais incidentalmente ocupados com as temáticas físico-ambiental e agrária) com modelos de feição fisicista: quem sabe, “epidemiológicos” (sobre difusão espacial), “termodinâmicos” (modelos de equilíbrio) e/ou “sinérgicos” (para tratar fenômenos de agrupamento ou concentração).

Chegar aos determinantes prováveis destas inclinações conceituais e de método (“determinantes” provavelmente tributários do panorama científico então vigorante), eis o que constituiria nosso segundo objetivo-acessório ... agora de ordem historiográfico.

Reparando na gênese da escola, estaríamos dando justo relevo ao caráter determinante que o contexto histórico possui. Fez parte do plano, portanto, desvendar o elemento circunstancial provável explicador de seu estabelecimento e, ao mesmo tempo, virtual indutor de orientações de matéria e de método. Subestimar a influência da situação-ambiente (e a transmissibilidade de inovações conceituais concebidas em outros campos disciplinares é, nela, um dos inequívocos condicionantes) implicaria o prejuízo de perder de vista os germens desencadeadores de afinidades ou simpatias eletivas pelas linguagens (abstratas) de que se servem as ciências naturais.

2. Procedimentos

2.1 Materiais

O plano previu a sondagem do epicentro principalmente pelo que nos informassem as textualizações autorais locais. Porque, imersas nas suas entrelinhas, ali se localizariam as pistas que poderiam explicar a absorção e, em seguida, a publicidade do revigoramento teórico. Ou seja, enquanto que no texto de nomes, tais como Diniz, Ceron e Christofolletti devêssemos encontrar um discurso algo eufórico, bastante animado pela confiança na proficiência do instrumental que o autor a recém descobrira existir, nas publicações de outros agentes, como Gerardi, Sanchez e Poltroniéri possivelmente identificássemos um diferente, já revelador de maturidade epistemológica e do empenho local em tratar, num tom preferencialmente prático, temas como o uso do solo (agrícola, em muitos dos estudos).

Com respeito a este realce rio-clarense, a pesquisa previu uma análise bifocal; sendo assim, o agrupamento de dois tipos de ilustrações textuais, mutuamente relacionáveis – “os autores” (tipo 1) e “os temas” (tipo 2):

- 1a) registros dos, por assim dizer, “absorvedores→usuários” dos protótipos teóricos sobrevividos do movimento teórico-quantitativista;
- 1b) registros dos “continuadores” (de sua parte, aqueles autores que levaram adiante – com ou sem reavaliações – o mote do “método científico”; isto é, da pesquisa levada à base de raciocínio lógico-simbólico);

2a) ilustração das pesquisas locais conexas ao sub-campo físico da disciplina (quando sublinharíamos uma das aplicações temáticas, pela qual a escola rio-clarense viria a merecer insígnia de referência na propagação do movimento no país – estudos de morfometria, por exemplo); e

2b) análise de trabalhos geográficos circunscritos pelo domínio “humano” (notadamente, aquelas pesquisas com as quais a mesma escola teria inaugurado sua prática teórica e um, talvez, vindouro fôlego ... comprovando, pois, a inalação do movimento – os estudos agrários, decerto).

A bem dizer, decidir por também examinar a natureza dos objetos científicos responderia a um questionamento bastante útil. Dado que são estudos de interface (a propósito da contigüidade sociedade | natureza), sua avaliação poderia responder até que ponto os profissionais do núcleo rio-clarense enxergaram na fenomenologia sócio-econômica processos que poderiam ser descritos analogamente aos que parecem vigor no âmbito da dinâmica naturalista. Isto, aliás, deveria se permitir aquilatar pela ênfase que os estudos dessem às questões do planejamento ambiental ou do impacto antropogênico (seja, por exemplo, o uso “eficientista” da terra ou, quem sabe, a desfiguração não-deliberada das fisionomias paisagísticas).

Abaixo, os modelos de ficha (a inicialmente programada e a reformulada) que usamos na perquirição de documentos impressos e na audição de entrevistados.

DOCUMENTO n.º		() DIALOGO n.º: () REUNIAO n.º:	
<input type="checkbox"/> artigo <input type="checkbox"/> capítulo/livro <input type="checkbox"/> relatório <input type="checkbox"/> tese <input type="checkbox"/> outros		Professor/Pesquisador:	
autor(es):		Linha(s) ou Grupo(s) de Pesquisa:	
título:		ITENS A INDAGAR/DISCERNIR:	
editora:	cidade:	sobre histórico	sobre inspirações/influências
periódico:	volume: ano: paginação:		
palavras-chave:		sobre temas de interesse	sobre intenções e projetos
tema central:			
temas subsidiários:		sobre escolhas teóricas	sobre opções técnicas
RECURSOS NÃO-TEXTUAIS:			
tabelas [] gráficos/diagramas [] equações deduzidas []			data:

Figura 1 – Fichas sistemáticas (frente: dados físicos e de identificação)

ABSTRAÇÃO DE TRECHOS ILUSTRATIVOS (manções sintomáticas: descrição/apologia de método e/ou técnica)	() DEPOIMENTO [tópicos ou expressões-chave (para orientar transcrição)]	
	() EXPOSIÇÕES [encaminhamentos (prognósticos, propostas, réplicas)]	

Figura 2 – Fichas sistemáticas (verso: dados de precisão)

PERIÓDICO	Classificação
ANO (vol./núm.) Paginação	<i>Título</i> <i>Autor(es)</i>
ciência/confiança	[trechos pelos quais o autor manifesta estar a par da transição paradigmática e nela deposita fé]
linguagem sintomática	[... expressa um discurso afinado com as terminologias e/ou técnicas emergentes]
expectativas/projeções	[... revela suas esperanças e estimativas otimistas]

Figura 3 – Ficha reformulada (especialmente para artigos de revista)

Prof(a). Dr(a). dia / /

LEMBRANÇA MAIS REMOTA DE UMA "NG" [notícia/informação/índice ... de que a G teria sofrido - ou estaria sofrendo - transformações no plano do método]	
DE QUE MANEIRA O "NOVO" RIVALIZAVA [entrava em choque] COM A IDÉIA DE G ATÉ ENTÃO CULTIVADA ?	
OPINIÃO SOBRE O PAPEL QUE RC TERIA DESEMPENHADO [uma "escola local", com leitura própria? ... ou um centro "assimilador/difusor" apenas ?] "epicentrismo": ação (atração, por força centrípeta); ação? (difusão, por força centrífuga)	
AVALIAÇÃO DE SUA PRODUÇÃO/CONTRIBUIÇÃO [intelectual/material] PARA O DESENVOLVIMENTO DA GTQ NO PAÍS	
COMO INTERPRETA A REAÇÃO CRÍTICA À GTQ, PELOS "RADICAIS" ? [se tratava mesmo de uma "modernização insuficiente/aparente"? ... ou, na verdade, apenas uma "modernização técnica/positiva", de boa-fé ?]	

Figura 4 – Questionário aberto, para as interlocuções

2.2 Planejamento metodológico (coleta e interpretação)

Dessa maneira, o quadro analítico dúplice era a estratégia para apreender a significância do sítio rio-clarense pelo que nos acusassem dois tipos de leituras. Uma, foco no temário geral das aplicações (aquela “interface”, pelos vieses sistêmico e/ou quantitativo); outra, na cronologia dos empregos e exercícios (ou seja, esses mesmos vieses, pela ótica precursora – da “absorção→uso” – e pela ótica discipular – da ponderação reflexiva e das virtuais tentativas de remodelagem).

Certamente, o objetivo-acessório segundo, historiográfico, poderia ter sido alcançado por meio de semelhante escrutínio bibliográfico. Todavia, entendemos que o desvendamento das razões prováveis explicadoras da simpatia pessoal dos autores pelo movimento teórico seria mais precisamente atingido se empreendido mediante o expediente da interlocução. Isto é, muito embora um previsível condicionamento contextual possa, de fato, ser reconstituído através da leitura da cena científica, suspeitávamos poder identificar razões mais fidedignas pelo registro de falas – procedimento que tende a apontar o fator não menos determinante das idiossincrasias (informação que a generalização histórica, em geral, encobre).

E imaginávamos poder falar em “pioneiros” assentando o alicerce de um edifício que ainda viria a ser erguido, posteriormente a uma fase de simples absorção. (E muito por efeito do epicentro poder ter contado, talvez, com a atuação continuadora do quadro discente – empolgado, outrossim, com um Programa de Pós-graduação em Geografia iniciante e efervescente.).

Evitando truncar a interpretação do que das investigações adviesse, o cronograma compreendeu quatro procedimentos – dois deles, “etapas” de fato; isto é, sucessivos e algo interdependentes. Foram eles: (A) de avaliação bibliográfica e (B) de coleta de depoimentos. Os outros dois (C e D, de análise e de organização dos conteúdos) executar-se-iam concomitantemente às leituras, diálogos e audições. Esta opção, intuímos, seria também um expediente para afinar ambas as marchas, posto que tende a ser previsível – e, ainda mais, quando se trata da vistoria de documentos – o surgimento de insights que, naturalmente, ou inspiram a exploração de perspectivas inopinadas, ou indicam a necessidade de frisar melhor determinados vieses cuja consideração já estava prevista. Isso significa, então, que as diretrizes condutoras dos fichamentos de leitura de material impresso (e mesmo de informações verbalizadas) seriam, era provável, retocadas conforme fossem se acumulando essas informações escritas (e faladas). A

escolha de realizar as frentes de investigação separadamente tinha, como dito, finalidade facilitadora. Porque, se fosse o caso, interpretações divergentes – “texto versus fala” – teriam, desse modo, seu discernimento melhor promovido. Numa das análises de consistência (via triangulação), foi realizado justo este cotejo literatura↔depoimento. Por isso, então, não termos realmente podido considerar como independentes as frentes de ação.

Nos últimos meses de pesquisa estaríamos aptos a divisar o grau de consistência das “conjecturas” implícitas na investigação. Ou seja, a essa altura já estariam patentes: 1º) a distinção dos papéis precursor/instaurador e continuador/reformulador de, respectivamente, uns e outros autores da casa; 2º) o elenco, em classes, dos temas de pesquisa freqüente (classes que deixariam à vista a especialização investigativa do epicentro); 3º) a conclusão sobre se a assimilação dos métodos lógico-positivistas e das técnicas quantitativas realmente ilustra uma idéia comungada de monismo metodológico pelos profissionais da escola rio-clarense; e 4º) a atribuição de peso – o mais acertado possível – aos fatores condicionantes pessoal e de contexto.

Ficasse evidente que a formação da escola se explica mais por efeito de demandas circunstanciadas ou, então, resulta da confluência de espíritos pragmáticos tomados de curiosidade intelectual (senão ambas as motivações!), estaríamos, nessa etapa derradeira, muito próximos de conseguir afiançar sua articulação com a causa (à época) de não desperdiçar os protótipos teóricos arquitetados pelas ciências naturais (ou os artifícios de abstração, pelas matemáticas) – desaproveitamento que, possivelmente, teria sido rebatido pelos referidos espíritos para que não se perdesse justamente a chance de comungar dos novos modos de explanação científica.

Replicando métodos empregados em nossas pesquisas de Mestrado e Doutorado (REIS JÚNIOR, 2003; 2007), lançamos mão de um processo de triangulação de dados. Através dele, confrontamos as informações coletadas em período exploratório (quando foi feita uma revisão bibliográfica dos assuntos conexos ao objetivo geral – por exemplo, a força condicionante das demandas institucionais e/ou governamentais) e em período de investigação focalizada (quando se executou, de fato, a pesquisa do assunto-foco – no caso desta nossa pesquisa, a empresa teórica vista através de um ângulo institucional). Assim, a triangulação se processou pelo monitoramento do quanto o conteúdo assimilado neste segundo período se explicava pelo material teórico obtido no primeiro (o quanto alguns pressupostos filosóficos – neopositivistas? – ou requisições

contextuais – eficientistas? – justificavam um ambiente local fértil às novas linguagens científicas).

Noutras palavras, as informações teóricas acerca do pensamento sistêmico-quantitativista na ciência, bem como a propósito da história político-econômica do Brasil, foram confrontadas com o discurso que se veio a perceber nas leituras e audições. Neste caso, o monitoramento paralelo possibilitou-nos divisar a difusão interna dos valores da GTQ, a prioridade do aspecto utilitário destes valores, sua promoção dadas as circunstâncias, o efeito depurativo da retransmissão entre as gerações. Possibilitou-nos, enfim, estimar o papel relativamente consistente que a antiga FFCL/RC jogou para o avanço de uma Geografia mais pragmática no país – o que, por conseqüência, lhe parece ter engendrado a imagem pela qual, ainda hoje, a instituição é conhecida.

3. Resultados

A obra daqueles Professores/Pesquisadores diretamente atuantes pela materialização de uma escola doméstica soma (contabilizando apenas as publicações locais) algumas dezenas de referências. A quantidade não é decerto o que lhes granjeou a notoriedade; senão o fato da produção concentrar-se em torno de eixos temáticos, devotando-se ao quais certos investigadores dali afixariam seu nome na cena geográfica nacional. Falamos de sua dedicação (em primeira instância) aos temas físico-ambiental e agrário e (num foro distintivo) à potencialidade de sobre eles discursar a partir de modelização teórica e operações estatísticas. Isto é, enveredaram-se, corajosamente, por uma senda que, à ocasião, era um tanto inexplorada pelos geógrafos brasileiros (a maioria dos quais, por acatar, de hábito, a praxe monográfica, não sem resistência adquiririam intimidade com tais inovações metodológicas). Bem, esta sua intrepidez, ao que parece, seria uma das justas causas de todo engajamento que viria.

É que, tendo com denodo se mantido fiéis aos estudos de quantificação e de teoria sistêmica, os Professores conquistariam (malgrado a intolerância que alguns personagens de outros centros universitários exercitariam contra eles) prestígio para falar, com autoridade, a respeito de tipologias e de padrões de localização/dinâmica dos “sistemas” sob análise (geomorfológicos, agrícolas). Então, aquela obra contabilizada nada mais que exprime o resultado textual – na forma sobretudo de artigos e teses – de uma opção judiciosamente deliberada: a de estudar a contigüidade funcional dos

fenômenos de natureza e de sociedade enquanto combinação intrincada (inteligível, contudo, se enquadrada, abstratamente, num protótipo teórico) de formas e de processos. [Ao final, essa contigüidade seria puro fruto do empreendimento humano, cujas fisionomias resultantes – produtos, “seqüelas” – dinamizar-se-iam conforme *modus operandi* igualmente manifesto noutras espécies de estrutura complexa (as eminentemente naturais, em especial).].

Fato expressivo, a fundação da AGETEO (Associação de Geografia Teórica), em 1971, instituiu veículos através dos quais os referidos postulados encontrariam meio de se espargir regional e nacionalmente. A Associação é quem chancelará, por exemplo, o *Boletim de Geografia Teórica* (BGT), cujo primeiro fascículo, aliás, aparece naquele mesmo ano. Então, em torno da AGETEO – foi natural – reuniram-se os indivíduos anuentes do movimento de renovação metodológica (tenham topado com seus reflexos porque estavam igualmente à procura de melhores instrumentos; tenham os assimilado por decorrência da exercitação de uma curiosidade intelectual).

Buscamos essencialmente em documentos textuais a consonância dos trabalhos com o aparato quantitativo e a modelagem sistêmica. Examinamos a produção referente à década dos setenta, a fim de que a análise ficasse centrada nos textos propriamente registradores de uma fase inaugural, de apreensão. Entretanto, dado que nos interessava também uma presumível “atuação continuadora”, avaliamos, com igual diligência, as edições dos anos de oitenta (as circunscritas pela primeira metade da década, especialmente). É que, por este contexto – já distante o suficiente das possíveis euforias com a *New Geography* –, pôde-se chegar a uma boa apreciação do grau de estiramento daquela mesma apreensão: as reavaliações de método, a maturidade conceitual e técnicas vistas mais como trunfo utilitário fortuito ... além do “apenas certo olhar” perenizado na fraseologia naturalista. [Fizemos uso, além do BGT, da segunda revista científica rubricada pela AGETEO: a *Geografia* (cujo primeiro número data de Abril de 1976).].

A matéria historiográfica foi explorada eficientemente em ocasiões de entrevista. Agendadas com antecedência, elas configuraram fonte preciosa do parâmetro contextual. Os Professores Antonio Ceron, Livia de Oliveira e Lucia Gerardi (falando de nomes ligados à etapa precursora) tiveram muito a dizer a respeito de episódios precedentes, por serem alguns dos “componente-fundadores”. Por certo que o assunto epistemológico pôde, igualmente, ser especulado quando dos colóquios; porém, uma acurada atenção ao cadastro documentário e às publicações textuais de toda sorte

responderam a contento a esse objetivo especial de aclarar os mencionados “assuntos conexos”. (Consideramos passíveis de figurar como texto franqueado pela divisa teórico-quantitativa – e, portanto, prováveis exemplificantes da “imagem”, anteriormente aludida – todo texto cujo conteúdo temático e/ou arcabouço metodológico mostrou-se um saliente legatário das modelagens abstratas e/ou das práticas quantitativistas.).

Os trabalhos publicados – pelo menos um bom número deles – versavam sobre uma realidade, um estudo de caso. De tais referências bibliográficas se sacaram expressos indícios da confiança de seus autores na aplicabilidade dos modelos abstratos ao fenômeno sob análise – o “utilitarismo” dos novos recursos, numa expressão. Mas além da frente, digamos, hermenêutica, aquela executada pela via das audiências teve, outrossim, sua função de esclarecimento. Nesta categoria de declaração (de teor regido por um juízo refletido, em se tratando do ambiente acadêmico-científico), guardada a margem de fiabilidade que se pode creditar aos relatos orais, pôde-se identificar a referida confiança ... apenas que, agora, sob uma forma “diversa”, porque espontânea (manifestação típica dos diálogos reservados).

4. Apreciação e projeções

Pensando no plano formal da pesquisa que efetuamos, alguns comentários acerca do cronograma original devem ser feitos, pois que tivemos de realizar certos retoques, e sobretudo à medida que se acumulavam as informações.

Isso foi o que nos fez reajustar um pouco o modelo de fichas de leitura: vimos que, por exemplo, acrescentar nas mesmas o registro da afeição que os autores eventualmente provassem ter por certas literaturas (dada uma insistente referência) colocaria um grifo útil nos textos fichados ... grifo que promoveria a consistência de futuras argumentações.

Embora tenha havido, em certos meses, simultaneidade de realizações, o projeto de anteceder a avaliação bibliográfica à coleta de depoimentos terminou cumprida e trazendo boas perspectivas. Já quanto à etapa de análise e organização de conteúdos, elas acabaram caminhando mais disjuntas do que desejávamos. O que preponderou foi a organização, feita a espaços aproximadamente quinzenais, das informações segundo grau de afinidade e distinção. As análises mais acuradas, dada a celeridade dos procedimentos no último ano, ganharão ênfase a partir de agora ... e a fim,

precisamente, de compor um livro. Isso significa que a atividade de “triangulação” dos dados (de modo a detectar a coerência entre dados de literatura e a consistência dos mesmos frente aos relatos) voltará a ser praticada nessa circunstância pós-pesquisa.

Na fase dos “procedimentos bibliográficos”, pode-se dizer que houve rigoroso cumprimento da conduta de examinar panoramicamente os documentos textuais antes de escrutiná-los mediante leitura mais detida. Apenas ocorreu que, nesta fase segunda da análise de literatura, nem sempre exploramos as versões sobre o contexto anteriormente às produções tópicas e autorais – algo que imaginávamos ser imprescindível quando da formulação do projeto. Na verdade, houve uma constante intercalação, conforme descobríamos, inesperadamente, bibliografias de alto valor complementar (fosse para esclarecer fatores condicionantes, fosse para computar publicações adicionais de certos personagens).

Na fase dos “procedimentos auditivos”, em virtude da disponibilidade diferenciada dos entrevistados (fato que redundou em agendamentos descontínuos), não chegamos a levar a cabo a idéia prévia de coletar, em blocos separados, a narrativa de professores ainda em plena atividade e de professores já retirados do círculo acadêmico.

A despeito da exigüidade do tempo, uma apreciação mais refinada da “escola rio-clarense” – comparando-a, é lógico, com a que pudemos executar durante as pesquisas de Mestrado e Doutorado – foi, além de possível, bastante elucidativa. O refino, encaminhado talvez principalmente pelos depoimentos colhidos (entrevistas orientadas pelo que o textual, previamente rastreado, apontara), atestou-nos de fato o que se denominou, no projeto de pesquisa, “estilo de pensamento”. E é, conjuntamente, o largo emprego de linguagens sintomáticas nas publicações (a ver, por exemplo, com técnicas estatísticas, o comentário de sua funcionalidade e eventuais enaltecimentos) que ratifica uma adesão de discurso. Por outro lado, se Rio Claro foi efetivamente um epicentro emissor desse estilo, os mesmos depoimentos não apresentaram tanta consonância.

[É provável que a audiência de versões de personagens que jogaram papéis distintos – os firmes atuantes, as testemunhas à distância, etc. – tenha reunido, por fim, impressões naturalmente díspares. Mesmo porque todos os entrevistados que se enquadram no grupo dos não-partícipes no movimento (tenham sido refratários a ele e/ou, à época, viviam em outro ambiente acadêmico) entram em acordo para emitir o juízo de que não teria havido realmente uma escola de pensamento teórico-quantitativista em Rio Claro.].

Optando pela crença de boa-fé de que esses depoimentos não significam uma postura de mero despeito, daremos, ainda assim, espaço a eles na monografia a ser organizada. De todo modo, estamos propensos a persistir na idéia de que, se o grupo de Rio Claro não incorporou as duas atribuições mais enfáticas de toda escola de pensamento (o esforço continuado de agregar docentes locais e de gerar produção intelectual sintonizada), ele pelo menos continuou contando com uma publicidade que o noticiou inclusive em longínquas instituições nacionais – este fato, particularmente, confirmado pela captação de centenas de pós-graduandos vindos de Estados de norte a sul do Brasil. Isto significa que é possível sim que certa mitificação tenha sido construída, dado o acento forte das publicações dos primeiros anos (entre 1971 e 1975, notadamente). Mitificação que não foi decerto um plano deliberado pelo pequeno grupo de professores, mas que se alimentou (talvez) do considerável poder centrífugo do ideário neopositivista e (certamente) da enorme força centrípeta do então nascente programa de pós-graduação. Algo que foi possível concluir diz respeito à característica prevalecente nos anuentes da causa teórica: a maioria deparou-se com as inovações por acidente (em congressos internacionais, em prateleiras de biblioteca); não estava exatamente à procura de sofisticções metodológicas, senão que – e exemplifica isso o emblemático caso de A. Christofolletti – à caça incansável de mais recentes literaturas.

Estamos inclinados a deduzir que o caráter um tanto “imprevisto” das práticas quantitativas locais possa responder, na verdade, pelo fato da euforia, em dado momento, ter-se convertido em uso meramente prático. Isto é, os personagens que nomeamos alternativamente de “pioneiros”, “absorvedores/usuários” e “precursores/instauradores” compõem um seletivo grupo que, dada a gradativa reticência dos trabalhos, terminou apenas semeando a recomendação (muito feliz, por sinal) de empregar as técnicas no nível da complementaridade metodológica – quer dizer, sem enaltecê-las como algo de decisivo. Daí constatarmos que não existiu o personagem que havíamos pressuposto, em tom de hipótese, no projeto: o “continuador/reformulador”. Pois que, no lugar de uma “ótica discipular” (virtualmente mais serenada), houve antes um abrandamento da própria visão dos pioneiros.

Quanto aos modelos de que lançaram mão, outra hipótese aventada de antemão também terminou frustrada. O pressuposto neopositivista do fisicismo (ou seja, do emprego analógico de teorias inspiradas em princípios da Física) não foi praticado explicitamente – o que, precisamos reconhecer, retira um pouco do caráter teórico do grupo rio-clarense. Nas publicações, os autores demonstram conhecer sobretudo a teoria

sistêmica, que, no mais das vezes, comunica-se com os princípios termodinâmicos. Fora isso, houve poucas explicações que fossem teoricamente orientadas por estruturas lógicas de cunho naturalista (uso de modelos epidemiológicos, por exemplo). Neste sentido, avaliado pelo viés da epistemologia, o episódio local foi mesmo bastante tímido.

Quanto aos fatores determinantes das inclinações e tendências locais, nossa apreciação resta inconclusa. É certo que se formos ponderar as influências do contexto e da biografia (esta, possível de inferir pelos depoimentos orais), o condicionante pessoal deverá falar alto ... e sobretudo por efeito dos empenhos pessoais em suplantar deficiências de formação, a fim de compreender e usar os novos métodos. (Isto, aliás, é o que explica a organização dos grupos de estudo e dos cursos de aperfeiçoamento em matemáticas.). Por outro lado, seria precipitado atribuir ao contexto histórico a razão da ocorrência das inclinações de método; a não ser, é claro, que subentendamos que a conjuntura histórica esteve introjetada no próprio aparecimento da literatura revolucionária. Aí sim, estaríamos autorizados a afirmar que a cena científica mundial rebateu-se, por via indireta, na escola rio-clarense. Além do mais, pareceu-nos que o peso idiossincrático das biografias, conquanto tenha precipitado a predisposição ao juízo abstrato das questões geográficas, não obistou um “pensamento coletivo” ali – o que, está claro, já indicaria que os pares teriam respirado os ares da mesma atmosfera ... contextual, portanto. Contudo, ainda guardamos reservas com respeito a essa conclusão. Uma confirmação que pudemos documentar foi a de que realmente houve na escola (sic) duas linhas discerníveis de estudo, pelas quais o ideário teórico-quantitativista se pronunciou. No sub-campo físico da Geografia, com as análises estatístico-morfométricas (executadas por Christofolletti); e no humano, com os estudos tipológico-agrírios (empreendidos por Diniz e Ceron; depois, Gerardi e Poltroniéri).

E é aqui que a intrepidez dos personagens deve ser invocada, ficou-nos patente. Pois que não terem receado a relutância da época aos métodos abstratos de tratamento de dados – resistência que, por sinal, é o que também engendrou a imagem de que Rio Claro teria sido dogmática nas recomendações metodológicas –, imprimiu-lhes a marca da ousadia científica. Assim, se é exagerada a versão (verbalizada, vulgarizada, embora jamais comprovada) de que teria havido mútua intolerância entre os praticantes locais da linguagem lógico-simbólica e os representantes de uma Geografia crítico-radical, sediados em outros centros universitários, não o é a que propomos enquanto tradução mais comedida: a de que o engajamento local à revolução técnica da disciplina conferiu

à pequena agremiação (“interiorana”) uma notabilidade, sem dúvida, suscitadora de reprovações ou, no mínimo, desconfiança.

Portanto, ironicamente, a própria censura pode ter sido determinante para a promoção e fama do grupo rio-clarense; e, em sendo assim, não teria mesmo importado se, ao fim e ao cabo, não tivesse havido o esforço da pertinácia.

Num misto de lances casuais, engajamentos estritos, fidelizações momentâneas e publicidade involuntária, se o grupo não conformou uma “escola” de fato, terá sido, no mínimo, uma agremiação de personagens assimiladores e potenciais retransmissores do ideário teórico-quantitativista.

[Projetamos, para breve, a composição de uma obra – possivelmente de acesso livre, e a disponibilizar em sítio virtual –, na qual deveremos, além de transcrever as entrevistas mais emblemáticas, dispor de forma encadeada as textualizações referentes propriamente ao episódio teórico rio-clarense e assuntos a ele colaterais. Agradecemos ao CNPq pela concessão da Bolsa PDJ (período Fev.2008-Jan.2009), graças à qual pudemos efetivar as intenções investigativas.].

5. Amostra bibliográfica

CERON, A. O. Classificações espaciais e regionalização. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, n. 3, p. 5-70, 1972.

CERON, A. O.; GERARDI, L. H. de O. Geografia agrária e metodologia de pesquisa. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 9, n. 17/18, p. 59-68, 1979.

CHRISTOFOLETTI, A. Análise topológica de redes fluviais. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 3, n. 6, p. 5-29, 1973.

_____. As características da nova geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 3-33, abr. 1976.

DINIZ, J. A. F. **Aplicação da análise fatorial na elaboração de uma tipologia agrícola na depressão periférica paulista**. 1970. 181f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Universidade de Campinas, Campinas.

_____. Modelos e paradigmas na geografia. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, n. 2, p. 5-42, 1971.

GARCIA, G. J. Perspectivas do sensoriamento remoto na análise ambiental. **Geografia**, Rio Claro, v. 9, n. 17/18, p. 133-143, out. 1984.

GERARDI, L. H. de O. **Contribuição ao estudo sistêmico da atividade agrícola: o caso da Alta Paulista**. 1973. 111f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Universidade de Campinas, Campinas.

GERARDI, L. H. de O.; CERON, A. O. Disparidades em modernização da agricultura no estado de São Paulo: primeiros resultados. **Geografia**, Rio Claro, v. 4, n. 8, p. 43-53, out. 1979.

OLIVEIRA, L. de. O conceito geográfico de espaço. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 2, n. 4, p. 5-22, 1972.

POLTRONIERI, L. C. Difusão espacial da citricultura no estado de São Paulo, analisada através do modelo de superfície de tendência. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 6, n. 11/12, p. 5-28, 1976.

REIS JÚNIOR, D. F. da C. **O humano pelo viés quantitativo: um exame do (neo)positivismo em Speridião Faissol, através da análise de textos selecionados**. 2003. 141f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

_____. As pesquisas em história do pensamento geográfico no Brasil: casos recentes mais uma ilustração temática. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais ...** São Leopoldo: UNISINOS, 2007a.

_____. **Cinquenta chaves**. O físico pelo viés sistêmico, o humano nas mesmas vestes ... e uma ilustração doméstica: o molde (neo)positivista examinado em textos de Antonio Christofolletti. 2007b. 481f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. História do pensamento geográfico: narrativa de uma pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 7., 2007, Niterói. **Anais ...** Niterói: UFF, 2007c.

_____. Geógrafos teóricos e quantitativistas: estruturação lógica da linguagem ou conspiração histórica para o discurso? In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DAS TÉCNICAS E EPISTEMOLOGIA, *SCIENTIARUM HISTORIA*, 1., 2008, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008a.

_____. História do pensamento geográfico: como lê-lo para interpretá-la? (as rotinas técnicas). In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1., 2008, Rio Claro. **Anais ...** Rio Claro: UNESP, 2008b.

_____. História do pensamento geográfico: de que preceitos ele é feito? (as fundações filosóficas). In: ENCONTRO NACIONAL DE FILOSOFIA, 13., 2008, Canela. **Anais ...** Canela: UNISINOS, 2008c.

_____. História do pensamento geográfico: quais normas a conduzem? (os modelos de evolução). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 11., 2008, Niterói. **Anais ...** Niterói: UFF, 2008d.

_____. Rotinas técnicas, fundações filosóficas, modelos de evolução – três campos viáveis e subaproveitados de pesquisa em HPG. In: COLÓQUIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 1., 2008, Uberlândia. **Anais ...** Uberlândia: UFU, 2008e.

RUSSELL, B. **History of western philosophy**: and its connection with political and social circumstances from the earliest times to the present day. London: Routledge, 1996. 842p.

SANCHEZ, M. C.; GERARDI, L. H. de O. Fotointerpretação e quantificação para avaliação de transformações no uso da terra. **Geografia**, Rio Claro, v. 8, n. 15/16, p. 143-150, out. 1983.